

UMA CIDADE CRESCE

JOSÉ AURÉLIO CAMARA

O excepcional crescimento populacional da capital cearense é, hoje, por força de suas implicações econômicas, sociais, políticas e psicológicas, um fato transcendente, não apenas de sua vida mas também da vida do Estado.

Com cerca de 700.000 habitantes, Fortaleza situa-se hoje em posição avançada no cômputo das cidades brasileiras. Pode ser mesmo considerada, demograficamente, uma grande cidade em qualquer país do mundo, pois não são numerosos os países de qualquer continente que apresentem mais de três cidades com igual população.

A França, por exemplo, além de Paris só possui uma cidade com população superior a Fortaleza, que é Marselha. A Espanha, além de Madrid, só Barcelona.

A Inglaterra e a Itália, apenas três cidades, e, nos países escandinavos, só as respectivas capitais. Outros exemplos poderiam ser citados.

Mesmo no mosaico nordestino, onde a população apresenta o altíssimo índice de crescimento de 600.000 almas por ano, é assombroso o crescimento demográfico de nossa capital. No decênio 1950-1960, foi das cidades brasileiras que, sob esse aspecto, mais cresceram. Registrou um aumento populacional de 92%, o que praticamente fê-la duplicar o número de seus habitantes.

Esse crescimento é, entretanto, um crescimento anárquico. Não traduz, em absoluto, o paralelo e desejável incremento de progresso social a que devem fazer jus as centenas de milhares de seres humanos que aqui vivem.

Não será descabido aplicar aqui a oportuna observação de Gilberto Freyre em relação à capital de Pernambuco: — a cidade não cresceu, inchou.

É dentro desse quadro patológico, como fez o sociólogo pernambucano, que devemos, também, analisar o crescimento demográfico de Fortaleza, cidade cuja riqueza populacional esconde uma inquietante pobreza dos melos que, a esta maré humana, deveriam ser oferecidos para uma existência condigna.

Inicialmente devemos considerar que o fenômeno é novo e se processa em ritmo crescente.

O que está fazendo Fortaleza crescer, imoderadamente, não são os seus índices de natalidade, mas o despovoamento dos sertões, cada dia mais carentes de braços para a batalha da produção.

Quando as condições gerais de vida eram praticamente as mesmas na capital e no interior, era desprezível a corrente migratória que aqui chegava do campo.

A população fortalezense crescia ao influxo da tímida predominância das taxas de natalidade sobre aquelas de mortalidade.

Quando se realizou o primeiro recenseamento da Província, em 1872, não se contaram no Ceará mais que 721 686 habitantes, e a população da capital não atingia 20 000 almas. Isso significa que não chegava a 3% da população provincial o número de habitantes de Fortaleza.

Hoje moram na capital cerca de 20% do total dos habitantes do Estado, o que revela uma perniciosa macrocefalia.

Todos sabemos porque os campos se despovoam e a capital atua como um ímã sobre o abandonado rurícola.

No interior nada há que o convoque a uma duradoura e produtiva permanência. Não há escolas, nem hospitais, nem possibilidades de emprego, nem assistência de qualquer natureza. As perspectivas de progresso são nulas para o indivíduo em particular e para o grupo em geral.

A valorização exclusivista da atividade industrial e o monopólio do paternalismo governamental, exercido pela indústria em prejuízo da lavoura e da pecuária, destroçaram o homem do campo e estão ameaçando o País de uma fome generalizada. Recordemos que há cinco anos tivemos que importar feijão do exterior.

A previdência social, mesmo corruta, claudicante e desmoralizada, tomou conhecimento da existência do proletariado industrial, relacionou-o para uma possível assistência, insuflou-lhe uma consciência de classe, mas ignorou por completo o desprotegido artesão do feijão e da carne, do milho e da farinha. Produziu mendigos nos campos e barões nos sindicatos urbanos, notadamente naqueles vinculados à orla marítima.

As cotas federais do Imposto de Renda, que o art. 15 da Constituição Federal distribuiu às comunas do interior para propiciar melhor ambiente ao sertanejo, foram, tradicionalmente, o pasto da politicagem inepta e ladravaz. De 1946 até hoje, utilizadas com critério e honestidade, poderiam ter-se constituído num veículo de fixação do homem do sertão à sua gleba. Pelas maternidades, pelos centros de saúde, pelas escolas profissionais e de alfabetização que teriam surgido, pela oferta de melhores oportunidades de trabalho e bem-estar social às esquecidas populações do interior, teriam prestado ao País altíssimo serviço.

E poderiam ter reduzido o fluxo migratório que, como um caudal, corre dia e noite no rumo das capitais.

Não é, porém, o problema do êxodo rural que desejamos ventilar aqui. Ele haveria de encontrar sua adequada solução quando os governos começarem a voltar suas vistas para o interior, e isto, inevitavelmente, já se deve estar verificando agora.

O que nos preocupa e deve preocupar as elites responsáveis, exigindo ação imediata e planejamento a longo alcance, é o grave elenco de problemas que defronta hoje o angustiado habitante de Fortaleza, e a crescente e visível inadequação da cidade às condições de vida da sua hoje imensa população.

Por onde quer que comecemos, qualquer que seja o problema enfocado, quer os referentes às serventias básicas de água e esgoto, quer os relativos à assistência médico-hospitalar, quer aos de ensino, abastecimento, transporte ou saúde pública, em todos encontramos graves deficiências e tremendas solicitações.

Em alguns desses setores nota-se, não se pode negar, o desenvolvimento de um esforço incomum no sentido da efetivação de solução que amplia suas possibilidades. Mas devemos admitir, com ânimo realista, que dificilmente lograram atingir um estágio que lhes possibilite condições de razoável atendimento.

* * *

Recordando o clássico conceito malthusiano, podemos dizer que em Fortaleza a população vem crescendo em progressão geométrica, enquanto, em progressão aritmética, é que crescem as possibilidades de atendimento naqueles diferentes setores.

Com todo o esforço desenvolvido, por exemplo, na busca de solução para o problema de abastecimento d'água, mais de 80% da população urbana não a recebem. E ultrapassa 90% o número de unidades residenciais que, não tendo condições de utilização da rede de esgoto, utiliza o primário mas inevitável sistema de fossas, o que impõe a conclusão de que a cidade praticamente situa-se sobre um lençol de dejetos.

E quando recordamos o número imenso de poços instantâneos que abastecem a grande maioria dos habitantes de Fortaleza, ressalta de pronto a ameaça que uma admissível poluição representa para a saúde pública.

As péssimas condições de higiene dos mercados e açougues, a incrível inexistência de matadouros públicos, o que propicia a venda e consumo de carne não examinada, a ausência de fornos crematórios para o lixo, encontradiço nas pontas de rua, são outros tantos fatores atentatórios à saúde de uma cidade que parece ter no ardente sol seu único e real agente de imunização e assepsia.

As graves e criminosas deficiências encontradas no setor de ensino constituem um dos mais terríveis danos hoje impôsto à infância pobre de Fortaleza. Terríveis porque suas conseqüências se projetam num futuro onde não mais haverá lugar para aqueles a quem não foi dado estudar. Sem o trânsito pela sala de aula não há possibilidade de progresso no mundo tecnológico contemporâneo.

Faltam escolas primárias para a alfabetização, faltam escolas profissionais, não há vagas no ensino secundário e a freqüência aos estabelecimentos particulares de ensino é hoje proibitiva ao povo em geral. E o contraste mais impressiona pela demanda imensa de matrícula, visto como o povo começa a compreender a imperiosa necessidade de estudar.

Numa cidade que se espraia com ímpeto incontrolável, é provido de mau calçamento, ou dêle totalmente desprovido, um número excessivo de ruas. Não atinge sequer 10% da área das artérias e logradouros públicos o setor urbano que é pavimentado ou bem calçado.

Sabemos o que isso representa para a vida e a conservação dos veículos que, dia após dia, vão lotando a cidade.

* * *

Outro fator negativo do progresso de Fortaleza é a destruição impiedosa de áreas e recantos da cidade, naturalmente destinados a futuros parques, praças, jardins, respiradouros indispensáveis às grandes concentrações populacionais.

O vale do Pajeú, por exemplo, destinado por todos os planos urbanísticos a ser o grande parque da cidade, está sendo criminosamente aterrado e destruído por força da ganância imobiliária. O mesmo se poderá dizer de certas áreas da capital onde um loteamento persistente vai anulando a possibilidade de futuras praças.

* * *

Problema de crescente gravidade, num perpétuo desafio de soluções, é o do trânsito de veículos na capital.

Manda a verdade proclamar que nunca recebeu êle tantas atenções como agora por parte das autoridades responsáveis. É visível a constante preocupação do órgão competente em tentar aliviar a população das tremendas dificuldades e perigos que êste problema cria a tôda hora.

As ruas tornaram-se estreitas para a massa de veículos da cidade. E se êstes crescem numa média de 2 000 por ano, não há perspectiva de solução para o problema de estacionamento.

A solução única terá de ser obtida por via indireta, isto é, quando transferirmos do centro para os bairros os motivos que nos obrigam a ir ao quadrilátero central, cujo pivô é a Praça do Ferreira. A solução é a descentralização. Não é procurar lugar para os carros, é evitar que êles venham ao centro.

Quando casas comerciais, mercados, farmácias, escritórios, consultórios médicos e dentários, cinemas, bancos, agências do correio começarem a se instalar nos bairros, será grande o desafôgo na zona central, onde hoje é proibitivo o estacionamento e, em breve, o será também o próprio deslocamento do pedestre.